

A. I. Nº - 210546.0419/12-7
AUTUADO - MICRO & SOFT INFORMÁTICA LTDA.
AUTUANTE - GILSON DA SILVA FERREIRA
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 26/02/2014

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0032-03-03/14

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação tributária do ICMS, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, por contribuinte descredenciado. Diligência realizada com o objetivo de aquilatar junto a escrita e documentação fiscal do autuado comprovou que as mercadorias apreendidas e objeto da autuação foram destinadas ao ativo fixo do estabelecimento autuado para fins de locação. Ilícito não comprovado. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 02/09/2012, exige ICMS no valor de R\$9.381,36, e multa de 60%, em razão da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial, antes da entrada no território desse Estado, de mercadorias procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte descredenciado, consoante Termo de Ocorrência Fiscal nº 210546.001/12-8 acostado às fls. 04 e 05. (Demonstrativo de Débito à fl. 06)

Consta na “Descrição dos Fatos” que “Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial de parte das mercadorias na nota fiscal de nº 249535 emissão de 29/08/2012 (item 02 NCM 84715010-100 - 100 Desktop), procedente de outra unidade da federação. Não houve espontaneamente efetuado o pagamento do ICMS antes da entrada no território desse Estado pelo contribuinte que se encontra na condição de descredenciado.”

O autuado apresenta defesa, fls. 31, na qual, depois de transcrever a acusação fiscal destaca que a mercadoria apreendida foi adquirida para seu ativo fixo e que são destinadas a aluguel que é sua atividade principal.

Ressalta que a Antecipação Parcial prevista no art. 352-A do RICMS-BA/97 está relacionada com as aquisições interestaduais destinadas à revenda.

Requer a improcedência do Auto de Infração sob a alegação de que sendo as mercadorias adquiridas destinadas ao seu ativo fixo não se aplica a Antecipação Parcial.

O autuante presta informação fiscal, fl. 44, informa que a acusação fiscal foi embasada nos dados dispostos no CAD-ICMS-BA, fl. 13, o qual consta como sendo o comércio varejista de equipamentos para escritório o CNAE do estabelecimento autuado.

Assinala que ao examinar a Alteração e Consolidação Contratual Nº 03, acostada aos autos na defesa, fls. 20 a 23, verificou que em sua Cláusula Segunda, que trata do Objeto Social, constam as seguintes atividades econômicas: Serviços de Processamento de Dados, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Aluguel de Equipamentos de Informática e o Comércio de Equipamentos e Acessórios de Informática. Destaca que a atividade preponderante disposta no

Documento de Identificação Eletrônico - DIE atende ao disposto no art. 321, inciso VII, alínea “b” do RICMS-BA/97 sujeito a Antecipação Parcial, procedimento que adotou na autuação à luz do Regulamento e dos fatos apurados.

Assevera que a defesa não deve ser conhecida, pois lhe faltam elementos essenciais de prova.

Conclui opinando pela procedência do Auto de Infração.

Em pauta suplementar, essa 3ª JJF deliberou converter os autos em diligência à ASTEC-CONSEF, fl. 49, para que fossem examinadas as escritas, fiscal e contábil, do impugnante para informar se há como comprovar se os produtos constantes do Danfe nº 249535, fl. 08, foram destinados a locação, conforme alegado em sede defesa.

No cumprimento da diligência, a ASTEC-CONSEF acosta aos autos cópia da documentação obtidas junto ao autuado, fls. 53 a 283, e expediu Parecer nº 84/2013, fl. 52, em cujo teor, depois de discorrer acerca dos procedimentos adotados pelo impugnante em relação às mercadorias questionadas e com base nos documentos apresentados, conclui que o autuado comprovou terem sido destinados a locação os produtos constantes do Danfe nº 249835.

O autuante ao tomar ciência do resultado da diligência, fl. 288, o autuante afirma concordar com a conclusão do diligente da ASTEC-CONSEF.

VOTO

No presente Auto de Infração a exigência fiscal decorreu em razão da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território desse Estado, de mercadorias procedentes de outras unidades da Federação - Danfe nº 249535, fl. 08, por contribuinte descredenciado, fl. 13, com base no Termo de Ocorrência Fiscal, fls. 04 e 05, consoante previsão contida nos artigos 12-A e 32 da Lei 7.014/96, sendo exigido o valor de R\$9.381,36 e indicada a multa de 60% prevista no inciso II, alínea “d” do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Em sede de defesa o sujeito passivo alegou que a exigência fiscal era descabida, tendo em vista que as mercadorias apreendidas eram destinadas ao seu ativo fixo com finalidade de locação.

O autuante, ao proceder à informação fiscal, manteve a autuação, sob o fundamento de que a principal atividade do impugnante, conforme CNAE constante do CAD-ICMS/BA é de Comércio Varejista de Equipamentos para Escritórios.

Com a finalidade de aquilatar a efetiva destinação das mercadorias apreendidas esta Junta converteu os autos em diligência à ASTEC-CONSEF para que diligente designado examinasse a escrituração e documentação fiscal do impugnante e apurasse se as mercadorias apreendidas foram, efetivamente, destinadas ao ativo fixo do estabelecimento para locação.

Lastreado em farta documentação, fls. 53 a 288, o Parecer da ASTEC nº 84/2013, fl. 52, concluiu que as mercadorias apreendidas foram destinadas ao ativo fixo para locação.

Depois de examinar a documentação coligida pela diligente da ASTEC, precipuamente os contratos de locação de microcomputadores e as notas fiscais de saída emitidas pelo impugnante acostadas às fls. 79 a 89, com o “CFOP 5.554 - Remessa de bem do ativo imobilizado para uso fora do estabelecimento.”, constato que assiste razão ao autuado, haja vista restar comprovado nos autos que os equipamentos apreendidos e objeto da presente autuação não foram destinados a comercialização.

Assim, como se depreende nitidamente da inteligência do art. 12-A da Lei 7.014/96, abaixo reproduzido, a antecipação parcial do imposto somente alcança as aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à comercialização.

Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime

de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

Logo, tendo sido as mercadorias apreendidas e objeto da acusação fiscal comprovadamente destinadas ao ativo fixo do estabelecimento autuado, concluo pela insubsistência da autuação.

Considerando que no período fiscalizado, consoante art. 5º, inciso I, do RICMS-BA/97 é devida a diferença entre as alíquotas interestaduais nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo, e não fora objeto de exação no presente Auto de Infração, represento à autoridade fazendária para verificar a possibilidade de programar procedimento fiscal no estabelecimento do contribuinte para apurar se ocorrera o descumprimento dessa obrigação tributária principal.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210546.0419/12-7**, lavrado contra **MICRO & SOFT INFORMÁTICA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de fevereiro de 2014.

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – JULGADORA

JOWAN DE OLIVEIRA ARAÚJO - JULGADOR